

Bi-blioteca



Jornal de PSICOLOGIA

Director: LEANDRO ALMEIDA

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

ANO 3 - N.º 40

PREÇO: 40\$00

SETEMBRO - OUTUBRO/84

EDITORIAL

A FORMAÇÃO PARALELA EM PSICOLOGIA

A educação é tomada, nos nossos dias, como um direito inalienável de qualquer cidadão. Não seria contra este princípio básico que redigiríamos qualquer apontamento. Ao mesmo tempo, cada um deve poder escolher, e é salutar a existência de várias alternativas, onde melhor investir o seu dinheiro, ocupar o seu tempo ou aprofundar os seus conhecimentos teórico-práticos. É pois perfeitamente viável e necessário que psicólogos, professores e médicos (para citar intencionalmente apenas estes) encontrem em instituições públicas ou privadas — faculdades, institutos, centros, associações, imprensa, etc. — uma formação contínua, com carácter complementar ou actualizante no seu domínio de actividade ou de interesse. Esta formação e sentida nos nossos dias como essencial dado o ritmo acelerado das inovações científico-tecnológicas e a convicção, cada vez mais acentuada, da impossibilidade de um completo aproveitamento de recursos, sem uma perspectiva interdisciplinar dos assuntos.

Do que foi dito não se deverá depreender que designemos este tipo de formação de «paralela», dado o seu carácter intrínseco a qualquer prática profissional que se pretenda eficaz e adaptada às exigências, cada vez em maior número e em maior complexidade. É bem verdade que a formação adquirida (Família, Escola, Grupos Sociais, etc.) e possuída num dado momento, apenas representa um arcaboiço dos indivíduos e da sociedade, a ser utilizado na codificação e estruturação de novos conhecimentos.

Não nos alongando nestas considerações, podemos referir duas características que caracterizam o que queremos dizer com «formação paralela». Em primeiro lugar, e pegando na própria terminologia, ela pode querer significar um certo distanciamento, alheamento ou até confronto com aquilo que já pode existir em termos de oportunidades de formação e de serviços num determinado domínio. É evidente que a sua implementação traduz um gasto desnecessário dos recursos materiais e humanos que, na nossa sociedade, há que saber rentabilizar. Um segundo aspecto, é que esta formação pode ter em vista, mais que um aperfeiçoamento da prática quotidiana dos indivíduos, a redefinição de funções ou a criação de novos papéis para um determinado grupo profissional.

Analisando a situação portuguesa, parece-nos ser erróneo e, aliás, um desgaste suplementar dos poucos recursos do País que somos, mantermos ou procurarmos implementar em paralelo com as licenciaturas em Psicologia, formações nesta área para profissionais a reconverter profissionalmente tendo em vista o desempenho de tarefas que, a exemplo de outros países, estão atribuídas aos psicólogos. Pensar nesta eventualidade em termos de serviços ou entidades privadas seria já de lamentar, pelas razões apresentadas; ver esta situação alimentada, e com perspectivas mesmo de se alargar, ao nível das instituições ou organismos públicos parece-nos pura e simplesmente absurdo. Devemos caminhar para a situação em que, naquilo que se reconheça desde logo ser atribuição dos psicólogos, a eles pertença o respectivo exercício profissional. Sem dúvida, que o alargamento da formação psicológica a outros profissionais e ao público em geral se mostra necessário (veja-se o âmbito deste Jornal), útil e condição de bem-estar e de desenvolvimento (como aliás acontece com a Saúde, com a Economia, etc.); contudo, tal não deve ter nunca subjacente a preparação para o exercício profissional da psicologia, enquanto passível de ser isolada dos domínios afins.

LEANDRO ALMEIDA

Avaliação da imagem pública dos líderes internacionais

por PETER MERENDA (PAG. 6 e 7)

Ansiedade: resposta emocional condicionada?

por CARLOS LOPES PIRES (PAG. 3)

História da Psicologia em Portugal

por ISOLINA PINTO BORGES (PAG. 5)

Jogos de crescimento no movimento do potencial humano

por VICTÓRIA SANTOS (PAG. 9)

Delimitação de actividades entre médicos psiquiatras e psicólogos

(PAG. 2)

JORNADAS DE CONSULTA PSICOLÓGICA

PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PSICÓLOGOS NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PAG. 12

OPINIÃO

Médicos psiquiatras e psicólogos:

Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos emite parecer sobre delimitação de actividades

Emitido em Junho de 1983, foi recentemente publicado na Revista da Ordem dos Médicos (Maio de 1984) o parecer sobre a delimitação de actividades entre médicos psiquiatras e psicólogos que a Direcção do Colégio da Especialidade de Psiquiatria elaborou, em resposta a uma solicitação do Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos.

Dada a importância de que se reveste tal parecer para todos aqueles que directa ou indirectamente se preocupam com o exercício profissional da psicologia, transcrevemos aqui, com a devida vénia, algumas passagens do referido parecer.

Assim, depois de fazer referência à delimitação de actividades entre médicos-psiquiatras, ao «*papel do psicólogo nas suas possíveis actuações junto dos doentes*» e à situação de conflito que se tem verificado «*em todos os países*» no que se refere à «*actividade clínica independente*» do psicólogo, o parecer analisa «*o problema*» que se vive em Portugal e que «*só adquiriu dimensão apreciável desde há 2/3 anos, quando os recém-licenciados, porque não encontravam emprego doutra forma, pensámos nós, dum momento para o outro se auto-consideravam aptos para fazer terapia, começaram a montar «consultórios», abrir «clínicas» e a «fazer tratamentos» para os quais não estão manifestamente preparados, numa ligeireza de atitudes que deixa estupefactos os seus próprios colegas mais responsáveis e sem que isso até hoje lhes tenha sido contrariado.*»

Na opinião da Direcção do Colégio da Especialidade de Psiquiatria «*o exercício não tutelado*

duma actividade clínica científica, seja ela qual for, de tipo orgânico ou de tipo psicológico, exige na nossa época uma preparação formal em conteúdos básicos que só o curso de medicina pode fornecer e, além disso, uma experiência na sua preparação específica que só a pós-graduação em estabelecimento idóneo pode correctamente proporcionar. Esses estabelecimen-

ciado ao seu conhecimento da normalidade psicológica, pode ser utilizado na prática terapêutica com determinados tipos de doentes, e tem-no sido, sobretudo na prática institucional, com resultados que não deixam margem para dúvidas desde que realizados em circunstâncias adequadas.

Finalmente, são apresentadas as seguintes conclusões:

Faculdade de Psicologia de Lisboa toma posição

Na sua reunião de 7/6/1984, o Conselho Científico aprovou a seguinte resolução, transmitida de imediato ao Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Secretaria de Estado da Saúde, e Reitor da Universidade de Lisboa, com conhecimento para Associação de Licenciados em Psicologia, Associação de Estudantes, Conselho Pedagógico e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e Porto.

«Tendo conhecimento de que estão a ser tomadas iniciativas no sentido de eventualmente ser preparada legislação pondo em causa a actividade dos psicólogos, em particular no que se refere à utilização autónoma de modelos psicológicos em Psicologia clínica e psicoterapia, o Conselho Científico desta Faculdade desde já chama a atenção de V. Exa. para os seguintes aspectos:

1. a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, que deve ser ouvida sobre o assunto, pode dar um contributo importante para a discussão das questões ligadas à formação de psicólogos e clarificação de competências.
2. a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, através do Conselho Científico, está apta a fornecer informação relevante e actualizada sobre o tipo de formação científica e técnica assegurada nesses campos e noutros países pelas universidades e associações científicas idóneas.
3. constitui uma simplificação manifestamente incorrecta imputar sem mais aos licenciados em Psicologia o exercício abusivo de prática clínica no contexto da consulta psicológica.

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, reiterando a posição de que a utilização de modelos psicológicos e de maneira autónoma compete a psicólogos devidamente qualificados, coloca-se à disposição de V. Exa. para o completo esclarecimento deste assunto.

a) — A indicação e avaliação duma psicoterapia só ao médico-psiquiatra pode competir;

b) — A sua execução pode no entanto ser levada a efeito por um licenciado em psicologia desde que o médico-psiquiatra por ele se responsabilize a supervisão a sua prossecução;

c) — Isso só poderá acontecer quando ao psicólogo tiver sido reconhecida a capacidade técnica para o fazer.

d) — Essa capacidade técnica só pode ser adquirida em estágio pós-graduação e implícita aprendizagem reconhecida para o tipo de psicoterapia a usar, além dum necessário contacto com doentes, realizado diariamente em estabelecimento idóneo, inserido numa equipa pluriprofissional dirigida por médico-psiquiatra, em período não inferior a 3 anos;

e) — O reconhecimento dessa capacidade será feito pela Direcção Clínica da Instituição, onde o treino foi realizado, após avaliação;

f) — Só cumprido isto o psicólogo poderá intitular-se psicólogo clínico e poderá acompanhar doentes com finalidade terapêutica, em regime institucional ou privado, sem prejuízo do contido nas alíneas a) e b);

g) — Devem ser elaboradas disposições legais baseadas nestes princípios, com regulamentação adequada que contemple também normas de transição considerando os antigos «psicólogos clínicos» existentes antes de haver licenciatura em Portugal.»

«*os são hoje apenas os Hospitais Psiquiátricos, os Centros de Saúde Mental e os Serviços de Psiquiatria e Psicologia das Faculdades de Medicina que possuem Gabinetes de Psicologia.*»

Após mencionar que «*mo que diz respeito às terapêuticas de exclusiva intervenção psicológica, as psicoterapias, nas suas diversas formas (...) as necessidades básicas de formação para que alguém se encontre apto ao seu exercício são também as da Medicina em princípio (...)*», o parecer específica entre outras, a que não faz referência, as seguintes funções para as quais o psicólogo está qualificado: «*realizar observações psicológicas, quer através de batérias de testes propiciadores de elementos utilizáveis em orientação profissional, por exemplo, com indiscutível valor como auxiliares clínicos de diagnóstico psicológico, quer através de entrevistas que prosseguidas correctamente podem ter valor psicoterapêutico. Este facto, acrescenta o parecer, asso-*

Posteriormente, uma errata publicada na mesma Revista, viria a «chamar a atenção para as alíneas f) e g)» das conclusões do Parecer do Colégio da Especialidade de Psiquiatria já mencionadas e segundo a qual «a palavra «clínico» deve ser eliminada a seguir ao termo Psicólogo, já que a Ordem dos Médicos entende que o termo «clínico» se deve aplicar apenas a licenciados em Medicina».

Jornal de
PSICOLOGIA

DIRECTOR:
Leandro Almeida

DIRECTOR-ADJUNTO:
Marta do Céu Taveira

CHEFE DE REDACÇÃO:
José Fernando Azevedo Cruz

REDACÇÃO:
Jorge Negreiros, Maria de São Luis Castro, Oscar Gonçalves e Rui Abrunhos Gonçalves (Porto); Carlos Pires, Ana Gabriela, Margarida Barreto, Mário Simões e Natália Ramos (Coimbra); Rui Barreto, Inácio Fladello, Luis Neto, Manuel Geada e Rita Calado (Lisboa).

SECRETARIADO:
António Alves, Camilo Valverde, Marta do Céu Machado e Paulo Machado.

COLABORADORES:
Alres Gamito (Lisboa), Aura Montenegro (Coimbra), Amaral Dias (Coimbra), Anna Bombal (Louvain-Bélgica), Artur Pereira (Porto), Anne Marie Fontaine (Porto), Bárbara Campos (Porto), Brachina Vieira (Lisboa), Britte Cardoso e Cunha (Porto), Claude Prevost (Paris-França), Eleanor Gellerson (Mt. Sinai-EUA), Georges Meunier (Univ. Catholique de Louvain), Gunnar Klyén (Estocolmo-Suécia), Hans Brokstedt (Estocolmo-Suécia), Inês Borges (Porto), Joanne Steuer (Califórnia-EUA), J. Balthaz Ruiz (Porto), Lois Thiles Springhall (North Carolina-EUA), M. Madalena Pereira (Porto), Maurice Reuchlin (Paris-França), Nicolau Raposo (Coimbra), Norman Springhall (North Carolina-EUA), Patricia Pontes (Irlanda), Peter Berenda da (Rhode Island-EUA), Stephen Larsen (Austin-EUA), Vasco Fernandes (Porto).

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:
(Excepção nos meses de Julho/Agosto).
ASSINATURA ANUAL (5 números):
Pessoal, 150\$00; Instituições, 250\$00.
Preço avulso, 40\$00.
Números atrasados, 50\$00.

SUBSCRIPTIONS: The Journal de Psicologia is issued five times a year, in January, March, May, September and November.
Annual subscription rates follow: Individual, \$6; Institutions, \$10. Write to: Journal de Psicologia, Rua das Taipas, 76; 4000 Porto — Portugal.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
COPAG, CRL — Artes Gráficas Est. Interior da Circunvalação, 14 011
Telefone 681428 — 4100 Porto

PROPRIETÁRIO:
Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 — 4000 Porto
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE:
«JORNAL DE PSICOLOGIA», Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto.

DISTRIBUIDORA:
DISNORTE — Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda.
Av. Camilo, 269-276 — 4300 Porto
TRÁFEGO: 4000 exemplares.

SUBSIDIADO POR:
• Fundo de Apoio aos Organismos Juvenís (Porto).
• Fundação Eng. António de Almeida.

LIVROS E PUBLICAÇÕES:
Faremos referência neste Jornal a livros, podendo estes ser submetidos a crítica ou referência especial, conforme dos mesmos nos sejam enviados dois ou mais exemplares, respectivamente.
Desajamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.

É a ansiedade uma resposta emocional condicionada?

O presente artigo tem por finalidade questionar as teorias de condicionamento relativamente à sua concepção de ansiedade. Dados experimentais, bem como terapêuticos, em contradição com aquela concepção, são sumariamente descritos.

Ao longo do artigo, o autor defende uma concepção de ansiedade derivada da teoria da aprendizagem social de Bandura.

PRIMEIRO ACTO

Ao fim de várias pesquisas, S. Schachter (1964) concluiu que para acontecer um estado emocional específico (ex: ansiedade) são necessárias duas condições: 1) Um estado de activação fisiológica indifferenciado e 2) A presença de «rótulos» cognitivos que tornem possível a orientação desse estado de activação autónoma na direcção de uma emoção definida (ex: ansiedade). A cognição é, no entanto, o factor determinante na diferenciação dos estados emocionais.

SEGUNDO ACTO

Em 1965 R. Lazarus e col. realizaram uma experiência em que estudantes universitários (os sujeitos) foram distribuídos por três condições ou grupos experimentais: 1) Controlo; 2) Negação; 3) Intelectualização. A fonte geradora de ansiedade era um filme sobre acidentes de trabalho. Na condição de negação os sujeitos eram preparados (antes da projecção do filme) para considerarem os diversos personagens como actores não havendo, na realidade, ferimentos. Na condição de intelectualização era chamada a atenção dos sujeitos para pormenores técnicos/artísticos. Na condição de controlo, finalmente, não era feita qualquer tentativa deliberada de fornecer defesas cognitivas aos sujeitos.

A análise da ansiedade fisiológica (GSR e HR) no decurso da apresentação do filme revelou que as respostas autónomas de ansiedade foram significativamente reduzidas nos sujeitos das condições de *negação* e *intelectualização*.

TERCEIRO ACTO

Nos princípios de 1982 A. Bandura e col. realizaram uma investigação intitulada «Micro-análise do impulso de acção e medo como função de diferentes níveis de percepção de auto-eficácia». Os sujeitos eram fóbicos rigorosamente seleccionados na base da intensidade do seu comportamento fóbico.

Esta pesquisa que consistiu em três experiências separadas, com avaliação de vários padrões autónomos de ansiedade (batimento cardíaco e tensão arterial) demonstrou que o comportamento ansioso dos sujeitos estava associado a diferentes níveis de expectativas de auto-eficácia.

Qual a linha comum a estes «três actos» do progresso do conhecimento psicológico sobre ansiedade? Facilmente se depreende que é o postular-se uma mediação cognitiva da ansiedade.

No entanto, tradicionalmente, a ansiedade tem sido concebida em termos da «teoria dos dois factores» de Mowse que postula uma sequência de duas fases na aquisição e manutenção do comportamento ansioso. Na primeira fase dá-se a associação entre um acontecimento aversivo e um acontecimento neutro (condicionamento clássico), resultando um impulso de ansiedade fisiológica que (2.ª fase) leva o organismo a emitir comportamentos defensivos de evitamento ou fuga redutores desse mesmo estado de impulso desagradável (condicionamento instrumental). Esta redução, por outro lado, reforça o comportamento defensivo do estímulo aversivo condicionado: isto é, o comportamento de defesa é provocado pela existência de um estado de ansiedade e é mantido pelo sucesso na sua redução.

A concepção de ansiedade como resposta emocional condicionada (REC) implica, por conseguinte, uma activação fisiológica desagradável que se mantém até que respostas de defesa sejam emitidas. Além disso, a teoria dos dois factores obriga a que ansiedade fisiológica e comportamento defensivo estejam intimamente ligados de tal forma que, para que respostas de defesa apareçam, é absolutamente necessária a pré-existência de ansiedade. Por outro lado, os aspectos cognitivo-verbais são considerados meramente reflexos (epifenómeno) das circunstâncias ansiogénicas em que o indivíduo se encontra.

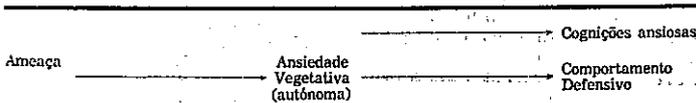


Figura 1 — Modelo tradicional de ansiedade como resposta emocional condicionada.

Com maiores ou menores variações, tende a aceitar-se um ou outro dos postulados básicos da teoria dos dois factores (Wolpe, 1978; Lang, 1971; Borkovec, 1977; Defenbacher & Suinn, 1982; Eysenck, 1978). Por exemplo, uma das abordagens actualmente mais difundida é a que concebe a ansiedade expressando-se em três sistemas (cognitivo, fisiológico, motor). Embora nesta abordagem não seja integralmente aceite a teoria dos dois factores, é igualmente aceite que a ansiedade (manifeste-se ela de forma fisiológica, cognitiva ou motora) é uma resposta condicionada a um estímulo aversivo (Rachman & Wilson, 1980; Lang, 1971; Defenbacher & Suinn, 1982. Um outro

pressuposto, geral e universalmente aceite é este: o comportamento defensivo é emitido para evitar ou reduzir estados ansiosos. Por exemplo, um agorafóbico evitará espaços abertos para não se sentir desagradavelmente ansioso.

A forma como Bandura aborda a ansiedade pode considerar-se epistemologicamente diferente das abordagens anteriores, incluindo a de R. Lazarus. Embora existam vários pontos em comum em Bandura e Lazarus, no que concerne à teorização da ansiedade, a perspectiva de Bandura abarca maior quantidade de variáveis bem como uma melhor operacionalização [(para mais pormenores ver Lopes Pires (*)].

De facto, na sua teoria a ansiedade não é central ao comportamento (perturbado, por exemplo). O que é central são as expectativas de eficácia pessoal.

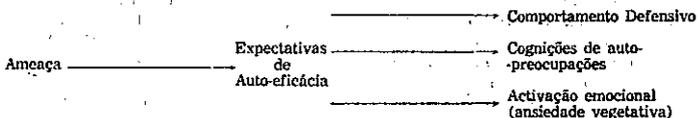


Figura 2 — Teoria de Bandura em que respostas de ansiedade autónoma e comportamento motor são co-efectos da ameaça mediada pela auto-eficácia.

Podem enunciar-se algumas diferenças entre a teoria de Bandura e a generalidade das abordagens da ansiedade como REC (ver fig. 1 e 2).

Uma primeira diferença reside no estatuto que Bandura atribui ao comportamento defensivo e à activação fisiológica. De facto, entre eles não existe qualquer relação directa: ambos são o resultado do aparecimento de uma ameaça cognitivamente mediada por expectativas de auto-eficácia (ver fig. 2). Esta teorização de Bandura permite integrar alguns dados conflituos de várias pesquisas, conforme veremos mais adiante.

mento que vai sendo emitido nas mais diversas circunstâncias. Bandura considera a activação autónoma o principal indicador de ansiedade (para o sujeito) e, consequentemente, como afectando a percepção de eficácia pessoal, por razões evidentes: grande parte das pessoas aprende que a activação fisiológica se costuma acompanhar de baixo rendimento. Mas para aqueles em que uma certa ansiedade está associada a bons resultados, então a ansiedade constitui informação positiva de auto-eficácia. A influência da ansiedade é por conseguinte, indirecta e grandemente variável em função de diferenças individuais em experiências prévias (ver fig. 3).

Estas duas características (ansiedade e comportamento defensivo) são co-efectos de expectativas de auto-ineficácia perante a percepção de ameaças; a activação fisiológica ansiosa influencia o comportamento pelas qualidades informativas que constitui para as expectativas de eficácia pessoal da conceptualização de ansiedade por Bandura, demarca-o claramente das teorias de condicionamento. Mesmo nas versões mais recentes da teoria dos dois factores, como são os casos de Eysenck e de Borkovec, postula-se uma fase de aquisição de ansiedade por condicionamento clássico, uma associação automática S-R. Como pode ver-se na fig. 4 (esquema baseado em Eysenck, 1978) a cognição é simplesmente um epifenómeno.

Na verdade, o factor central às diversas teorias do condicionamento clássico (incluindo o modelo de incubação de Eysenck) é uma associação entre estímulo aversivo e estimulação autónoma desconfortável. Isto conduz a que as teorias do condicionamento sobre ansiedade apresentem diversas dificuldades na explicação de vários factos ex-

(CONTINUA NA PÁGINA 4)

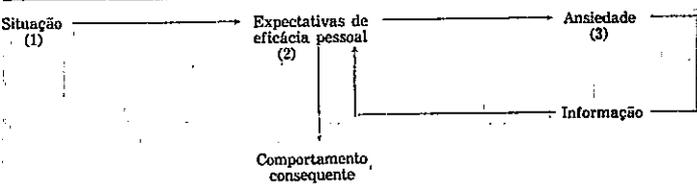


Figura 3

(*) Unidade de Psicologia Diferencial da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Ansiedade: resposta emocional

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

perimentais e terapêuticos fundamentais. Vejamos alguns desses factos:

EXPERIMENTAIS

— O comportamento de evitamento não pode estar sob controlo autónomo visto que:

- a) as reacções autónomas levam mais tempo a activar que as respostas de evitamento;
- b) frequentemente, o evitamento é emitido na ausência de activação autónoma;
- c) as respostas de evitamento podem persistir mesmo muito depois das reacções autónomas a estímulos condicionados terem sido extintas;
- d) a anulação por cirurgia da capacidade de feedback autónomo tem pouco efeito na aquisição de respostas de evitamento;
- e) privação do feedback autónomo em animais, depois de aprendizagem de respostas de evitamento, não facilita a sua eliminação.

postas de evitamento foram medidos durante o tratamento não suportam a hipótese de que é a redução de ansiedade que causa a modificação do comportamento;

- Os padrões de mudança na activação autónoma durante a terapia de imersão não se correlacionam significativamente com mudanças comportamentais;
- O factor tempo de exposição não se correlaciona significativamente com o nível de mudança de comportamento;

Pela natureza genérica deste artigo, furtamo-nos à citação exacta das pesquisas que baseiam estas conclusões. O leitor interessado pode encontrar revisões em Bandura (1978), Lopes Pires (Nota 1). Estes factos podem ser ilustrados muito rapidamente pelo caso de uma paciente com fobia a falar em público (neste caso, apenas em aulas) que tratamos recentemente, e que se desorientava completamente quando era instruída a ler na escola (gaguejava, não via as letras, perdia a voz e finalmente desencadeava reacções de pânico).



Figura 4

TERAPÊUTICOS

- A resistência à extinção evidenciada pelos fóbicos apesar da exposição não reforçada aos estímulos evocadores de ansiedade;
- Os efeitos da exposição dos sujeitos (como grupo) são demasiado variáveis para poderem ser explicados por extinção da reactividade fisiológica;
- Estudos em que padrões autónomos de ansiedade e res-

de terapia a paciente entrou diversas vezes em pânico e foi necessário que o autor se interpusesse entre ela e a porta de saída da referida sala. Olhando o gráf. 1 tal sucedeu nos momentos 1 e 2. Dentro do paradigma tradicional de condicionamento, o factor fundamental sobre o qual se deveria actuar seria o da relação tempo/diminuição de ansiedade. Porém, aquilo que fizemos foi um bocado diferente: o objectivo de cada sessão era ler mais linhas que na sessão anterior; nesse sentido, em casa Quando começamos com as sessões

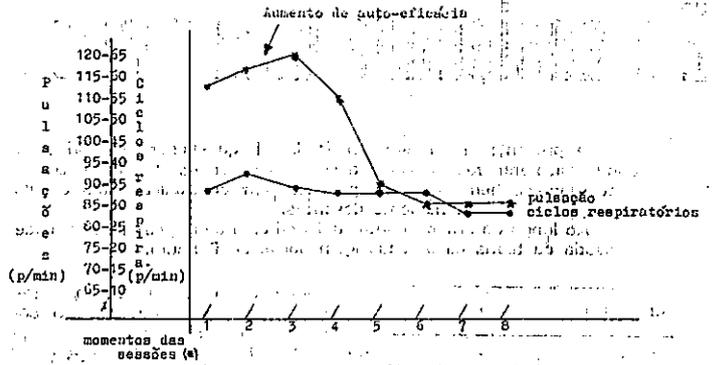


GRAFICO 1

(*) O que está representado graficamente são os diversos momentos de exposição que não correspondem exactamente a diferentes dias.

praticava inúmeras leituras que terminavam sempre em êxito (ex: ler um período sem gaguejar). Paralelamente, foi ensinada a fazer controlo de respiração para leitura oral. Conforme pode ser observado no gráf. 1, entre o 2.º e o 3.º momentos, a paciente, imediatamente antes da sessão, garantiu-nos que seria capaz de ler sem gaguejar ou entrar em pânico (mantinha dúvidas, no entanto, em relação à leitura em aula), acontecimento registado como aumento das expectativas de auto-eficácia. Como no dia seguinte ia haver uma aula em que iria apresentar um trabalho oral, foi feito um treino intensivo de modelamento participado até que a paciente era capaz de desempenhar a tarefa completamente à vontade. Pode ver-se no gráfico (momento 3) que não houve diminuição geral dos padrões autónomos. Apesar disso, a paciente nunca gaguejou, nunca tentou sair da sala, nem referiu estar especialmente nervosa. De facto, a aula no dia seguinte correu-lhe bem e nunca mais aconteceram episódios fóbicos.

Por exemplo, o caso fóbico que acabámos de descrever nunca fez verdadeiramente «exposição». O que, na realidade fez, foram experiências de eficácia pessoal, que nem sempre se correlacionaram com a activação fisiológica. Com efeito, de acordo com Bandura (1978) «experiências que aumentam as expectativas de eficácia em controlar acontecimentos potencialmente prejudiciais diminuem a activação de medo e aumentam o comércio com aquilo que previamente era evitado» (pp. 241). É claro que se poderá argumentar que na literatura da especialidade (ver Rachman & Wilson, 1980; Jansson & Ost, 1982) os tratamentos são conduzidos na base de uma explicação teórica de extinção. Porém, a questão que tem de ser respondida é: «Porque acontece a «extinção»? Por outro lado, tal teoria não explica devidamente a modificação de respostas de evitamento.

Quais as vantagens da teoria da auto-eficácia em todo este contexto? Será que acomoda satisfatoriamente os factos experimentais e clínicos discordantes das abordagens

Relativamente a este caso fóbico, dois aspectos serão de sublinhar: 1) A independência aparente entre pulsação e ciclo respiratório; 2) A diminuição da pulsação apenas sucedeu depois das expectativas de eficácia pessoal da paciente terem subido substancialmente.

De facto, a técnica conhecida mais eficaz no tratamento deste tipo de desordem é a exposição (ver por exemplo a revisão de Rachman & Wilson, 1980), que tem por base teórica a extinção. Isto é, acredita-se que se uma pessoa permanecer na situação fóbica um certo tempo (45-180 minutos) e for impedida de emitir respostas de fuga, ocorrerá uma habituação fisiológica trazida pela extinção da hiperactividade simpática.

No entanto, as coisas não são assim líquidas. Para além da falta de apoio experimental a esta hipótese existe a evidência clínica.

As teorias do condicionamento apresentam diversas dificuldades na explicação de vários factos experimentais e terapêuticos fundamentais...

do condicionamento? A resposta parece ser, efectivamente, afirmativa (ver Wålsson, 1978).

Na verdade, os factos experimentais referidos neste artigo são bem enquadrados pela teoria da auto-eficácia na medida em que a activação autónoma e os comportamentos de evitamento são co-efe-

(CONTINUA NA PÁGINA 8)

Jornal de PSICOLOGIA

RUA DAS TAIPAS, 76 — 4000 PORTO

REQUISICÃO DE ASSINATURA

NOME

MORADA

CÓDIGO POSTAL TELEFONE PROFISSÃO

Desejo efectuar a assinatura anual do JORNAL DE PSICOLOGIA

Para esse efeito, junto envio\$00.

Forma de Pagamento:

Cheque n.º Vale de Correio n.º A Dinheiro

Data:/...../..... Assinatura

Enviar para: JORNAL DE PSICOLOGIA — Rua das Taipas, 76 — 4000 PORTO

Condições de Assinatura anual (5 números) - Individual: 150\$00; Instituições: 250\$00

Números atrasados: 50\$00 (cada número)

NOTA:

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do JORNAL DE PSICOLOGIA.

ARS

- FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
- CONSULTADORIA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS

RUA ALFREDO CUNHA, 265 - SALA Q

ARS TELEF. 930010 4450 MATOSINHOS

História da Psicologia em Portugal (III):

Evolução do pensamento português de Luís António Verney a Silvestre Pinheiro Ferreira

ISOLINA PINTO BORGES (*)

Referimo-nos no último artigo a Luís António Verney. Dado que chegamos a este ponto com grandes «passadas» históricas, pormenorizaremos então alguns aspectos da filosofia aristotélica — escolástica das últimas décadas do séc. XVIII e primeiras décadas do séc. XIX, pois é um passado que nos diz respeito e que, no seu paroxismo, revela aspectos notáveis no que se refere à pesquisa filosófica do saber escolástico. Dizemos paroxístico porque corresponde finalmente entre nós à fase final da dominância daquela perspectiva, tornando-se finalmente possível a implantação definitiva do pensamento moderno. Deixemos, assim, de momento o enquadramento histórico e abordemos alguns aspectos da problemática da Filosofia portuguesa. Diz Frei João Ferreira: «existem, por isso, de direito, e de facto as filosofias nacionais e também a filosofia portuguesa... Nela incluímos os autores escolásticos, pois como já referiu Joseph Vries, a variada índole nacional, manifesta-se também na própria filosofia escolástica de cada nação... Existe, pois uma filosofia portuguesa, isto é, uma presença portuguesa na história do pensamento filosófico universal» (Nota 1).

Neste sentido, voltaremos a alguns nomes já citados mais na linha de análise de conteúdo do pensamento português do que numa perspectiva meramente histórica.

Para Verney todas as ideias vêm dos sentidos e há nos seus escritos a intenção de provar que não há ideias inatas. As ideias seriam tanto mais claras quanto mais e melhor fossem percebidas pelos sentidos.

Concretizando assim o que foi referido nas primeiras linhas, saliente-se o período que medeia entre Luís António Verney (1713-1792) e Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1841), ministro de D. João VI, que pode ser considerado para a história do pensamento e cultura portuguesa de particular interesse, com incidência em conceptualizações em que, pelo menos do ponto de vista terminológico, a Psicologia já fazia parte. É de facto, um período de viragem fundamental no pensamento português, e não deixaremos, por isso mesmo, de salientar alguns nomes ainda ligados às perspectivas escolásticas que, do ponto de vista teórico, se opõem a Verney. Destaquemos: Gregório Barreto de Cantanhede (1685-1727),

autor da obra *Nova Lógica*, na qual se põe em relevo as obras de Pedro da Fonseca (cujo pensamento foi de facto notável dentro do contexto escolástico) e de outros conimbricenses; Bento Macedo, de quem a obra *Dialética* se publicou em 1720; António Cordeiro (1641-1772), autor do *Cursus Philosophicus Conimbricensis*.

Entretanto, na origem de uma posição vivamente crítica face à Escolástica, Manuel Azevedo Portes (1660-1748) dedica ao Infante de Portugal D. António a obra *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*, em 1734.

Distingue na *Lógica Racional*, as seguintes operações de pensamento: perceber, julgar, discorrer e ordenar. Seguindo um certo ecletismo, este autor critica a Filosofia até então ministrada, e usa a língua portuguesa para abordar temas normalmente expressos em latim. Nesta linha, sublinhemos Jacob de Castro Sarmiento, nome que citamos em artigo anterior, formado em Medicina em 1717. Sai do país possivelmente para não ter dificuldades com o Tribunal do Santo Offício. Chamamos, mais uma vez a atenção para o facto de aqui encontrarmos de novo a Filosofia e a Medicina juntas com afinidades bem significativas na cultura portuguesa. É atribuída a Jacob Sarmiento a tradução da obra de Francisco Bacon assim como de notas explicativas da mesma obra. Alguns críticos de História põem em dúvida a publicação dessa tradução, mas parece não haver dúvida de que Jacob Sarmiento foi encarregado dela, iniciou-a e enviou as primeiras páginas a D. João V. Também não deixa dúvidas a elaboração de um trabalho «Proposições para imprimir as obras filosóficas de Francisco Bacon...», em que era salientado a necessidade do conhecimento do Novo Órgão das Ciências, o que é deveras importante para a Epistemologia da Psicologia, pois antes de mais é um colocar face a face o primado da observação dos factos e as formulações de sabor metafísico. De facto, a obra de Francisco Bacon (1561-1626) coincide com mudanças profundas dos movimentos filosóficos e científicos europeus, insistindo numa metodologia para a ciência dos factos. Na linha de Demócrito, parte do princípio de que só os órgãos dos sentidos são garante inabalável dos nossos conhecimentos. Sem deixar de respeitar o pensamento escolástico, considera a indução experimental como base do progresso da ciência, e dá início à escola sensualista, que vai ter repercussões sérias entre nós.

Na linha de Jacob Sarmiento, saliente-se a obra do Padre Inácio Monteiro, que professor na Companhia de Jesus em 1739. Autor da *Filosofia Livre ou Eclética*, faz-se aí sentir a influência de filósofos modernos como Bacon, Descartes, Leibniz e Pedro Gassendi, dando particular ênfase aos pressupostos da corrente sensualista cujo primado, nunca é de mais repetir, é a observação dos factos através dos órgãos dos sentidos, base da meto-

dologia experimental e das implicações filosóficas e científicas que chegam aos nossos dias.

Segundo Lopes Praça, João Baptista de Castro que entra para a ordem de S. Filipe de Nery em 1724 é também um representante da Filosofia Moderna embora a sua obra se chame *Philosophia Aristotélica restituída e illustrada*. Defendendo de certo modo a Filosofia aristotélica, exprime a necessidade de a enriquecer com «novos raciocínios e experiências...» como que subtraído à obra aristotélica alguns aspectos estéreis, utilizando um sistema actual para a época, que nada tinha de comum com o então utilizado nas nossas escolas. Finalmente, temos Luís António Verney (1713-1792), arcebispo de Évora, doutor em Teologia e Direito, representando, sem deixar dúvidas a Filosofia Moderna entre nós, e de quem recordamos, pelo menos de nome, o *Verdadeiro Método de Estudiar*.

Com Silvestre Pinheiro Ferreira o termo Psicologia aparece pela primeira vez tratado numa obra isolada que consta de duas partes: classificação das ciências psicológicas e psicologia geral.

Na sua extensa obra foram tratadas em separado das outras matérias a *Lógica* e a *Metafísica*; da cosmologia e da alma trata na *Física*, abordagem em dez volumes dos quais no décimo se refere ao Homem. É exemplo da influência dos empiristas da época o facto de Verney referir a inexistência da Cosmologia na medida em que se desconhece «as leis porque se regem as várias partes do mundo».

Interessar-nos-á, particularmente, o que se refere ao Homem. O décimo volume acima referido está dividido em três partes: uma que trata do corpo humano, outra da alma humana e a terceira da união da alma-corpo.

Lopes Praça diz que «a Psicologia de Verney era hoje completamente insuficiente para satisfazer as exigências do ensino da Filosofia Racional. Não obstante é muito digna de ler-se pela boa dedução das matérias e pelo espírito de observação... que juntamente com a clareza ninguém contestará aos discípulos da Escola Sensualista» (Nota 2). Nessa parte a dedicada ao Homem, é criticada a *Metafísica* tradicional, referindo-se muito pouco, na opinião de Lopes Praça, ao que diz respeito a noções ontológicas («não esqueçamos que Lopes Praça faleceu em 1920»). Considera que pouco se sabe da união alma-corpo pois não só se conhece a sua verdadeira natureza como não se conhecem as suas propriedades. De facto, para Verney todas as ideias vêm dos sentidos e há nos seus escritos a intenção de provar que não há ideias inatas. As ideias seriam tanto mais claras quanto mais e melhor fossem percebidas

pelos sentidos o que revela, sobretudo, a influência de Locke e Condillac. Entretanto no capítulo II do livro 3: da *Metafísica*, explica como se podem adquirir as primeiras verdades ou axiomas: pela consciência, pelo senso íntimo e pela razão. O saber que existimos é dado pela consciência e não necessita dos sentidos, mas o saber que se é uma pessoa e não duas depende dos sentidos...

Na senda de Verney, lembremos Teodoro de Almeida já citado por nós (1722-1804) e entramos no séc. XIX! Na sua obra *Recreação Filosófica*, observa-se uma certa independência em relação à escola sensualista, pois põe em dúvida que todas as ideias venham dos sentidos e distingue a «fantasia» que faz parte do corpo e reside no cé-

rebro, do «entendimento», origem das ideias. Aborda a Psicologia tentando caracterizar as diferenças entre a alma do homem da dos animais, concluindo pela existência inequívoca das diferenças: «a alma dos homens que se desenrola através da inteligência, da reflexão, da liberdade e da escolha, é, por isso mesmo, espiritual, ao contrário do que se passa com os animais, que não têm nem inteligência, nem liberdade, nem escolha. Muito sumariamente podemos destacar em Teodoro de Almeida a influência da filosofia cartesiana e consequentes preocupações filosóficas da época.

É chegamos a Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), filósofo e publicista. A sua obra resente-se positivamente do amplo contacto havido com o contexto europeu. Escreveu *Noções Elementares da Filosofia*, que contam bem destaca-

CONTINUA NA PAGINA 8

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DOS PROFESSORES

Uma «gralha» ocorrida no artigo intitulado *Promoção do Desenvolvimento Psicológico dos Professores*, da autoria de Lois Thies-Sprichall, e publicado no n.º 2 (Março-Abril/84), alterou completamente o sentido do texto. Assim, nas últimas linhas da primeira coluna, onde se lê «Esta última mudança é um salto quantitativo», deverá passar a ler-se «Esta última mudança é um salto qualitativo». Aos leitores e à autora, apresentamos as nossas sinceras desculpas.

(*) Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Avaliação da imagem pública dos líderes internacionais (*)



PETER F. MERENDA (**)

No início da década de sessenta iniciou-se um projecto de investigação interessante, que continua ainda presente. Por alturas de um programa da televisão americana que mostrou pública e claramente o comportamento de Nikita Khrushchev nas Nações Unidas, ou seja o incidente em que ele bateu com o sapato na mesa, ocorreu-me a ideia de conseguir uma percepção desta transmissão clara de uma imagem pública. Pouco tempo depois deste incidente, obtive dos meus alunos um perfil quase unânime de Khrushchev que se correlacionava negativamente (-.23) com o perfil estereotipado da «pessoa perfeita», dado pelos mesmos alunos. Estes resultados foram posteriormente validados com uma amostra independente de estudantes universitários americanos e seriam depois publicados num artigo que se tornaria o primeiro de uma longa série de trabalhos sobre o tema geral que aqui se discute e que têm continuado até hoje.

O artigo foi lido na Índia por um professor e investigador universitário indiano que se viria a tornar o meu primeiro colaborador, e uma primeira publicação conjunta apareceria dois anos depois. Desde então, um grande número de estudos similares têm vindo a ser conduzidos em diferentes culturas e países, envolvendo várias e diferentes personalidades reais e imaginárias. Estes trabalhos estão sumarizados no Quadro 1.

Sumarizando todos os estudos efectuados em várias culturas, durante as últimas duas décadas, verificamos a existência de cinco grupos distintos de imagens públicas que têm sido percebidas pelos sujeitos que responderam ao instrumento de medida que era uma «checklist» de adjectivos conhecida nos Estados Unidos como «Análise do Vector de Actividade» («Activity Vector Analysis») ou simplesmente AVA.

A AVA é uma lista de pouco menos de 100 adjectivos comportamentalmente descritivos. Operacionalmente, é largamente utilizada nos Estados Unidos no domínio das Organizações e da Indústria. A AVA é um instrumento de avaliação do auto-conceito elaborado para medir os três tipos de «self» inferenciais que foram assinalados no esquema de John Masefield:

«Havia um homem que ia pela estrada

E pela estrada ia
O homem que eles viam
O homem que ele era
E o homem que ele queria ser»

Os três «selves» referidos no poema (e para os quais Raymond Cattell chamou a atenção, no seu livro sobre *Medida da Personalidade*, escrito em 1950) são, por ordem, a Imagem — o modo como a pessoa é percebida pelos outros;

(*) Texto de uma conferência promovida pela Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia (Delegação Norte) e realizada no Centro de Formação de Jornalistas, Porto: Junho de 1984.
Tradução de José Fernando Azevedo Cruz.

(**) Professor de Psicologia e Estatística no Departamento de Psicologia e no Departamento de Ciência de Computadores e Estatística da Universidade de Rhode Island (E.U.A.).

Figura 1 — Síntese dos estudos sobre a Imagem Pública: 1964-1984

Imagem(s) Pública(s)	País	Amostra	Autor(es)	Ano
(1) Khrushchev (2) Self ideal	E.U.A.	Estudantes Universitários	Merenda	1964
Presidente dos E.U.A.	E.U.A.	Estudantes Universitários	Merenda	1964
(1) Khrushchev (2) Self ideal	E.U.A.	Estudantes Universitários	Merenda	1965
(1) Nehru (2) Self ideal	Índia	Estudantes Universitários	Merenda & Mohan	1966
Professores típicos do «College»	E.U.A.	Estudantes Universitários Professores Universitários	Very & Dye	1966
(1) Nehru (2) Ahastrri	Índia	Estudantes Universitários	Merenda & Mohan	1967
(1) Mahatma Ghandi (2) Barry Goldwater	Índia	Estudantes Universitários	Merenda & Mohan	1968
(1) Lyndon Johnson (2) Barry Goldwater	E.U.A.	Eleitores inscritos (não-estudantes)	Merenda & Clarke	1968
Self ideal	Al. Federal	Estudantes Universitários	Merenda, Clarke, Shulz, Strehse, Winneke	1969
(1) Hubert Humphrey (2) Richard Nixon	Índia	Estudantes Universitários	Merenda & Mohan	1970
Self ideal	Al. Federal	Estudantes Universitários	Merenda, Clarke, Shulz, Strehse, Winneke	1970
(1) Reza Shah (2) Lyndon Johnson	Irão	Membros de Departamentos Universitários	Merenda & Shapurian	1971
(1) Reza Shah (2) Self ideal	Irão	Estudantes Universitários	Merenda, Clarke, Shapurian	1971
(1) Reza Shah (2) Richard Nixon (3) Lyndon Johnson (4) Self ideal	Irão	Membros de Departamentos Universitários	Merenda, Bassiri, Shapurian, Clarke	1971
(1) Premier Kosygin (2) Chairman Mao (3) Wallace (4) Charles DeGaulle (5) Hussein (6) Indira Gandhi (7) Radhakrishna (8) Wilson	Índia	Estudantes Universitários	Merenda, Mohan, Clarke	1971
(1) Yahn Khan (2) Myjibur Rehman (3) Z. A. Bhutto	Índia	Estudantes Universitários	Merenda, O'Brien	1973
(1) Richard Nixon (2) George McGovern	Inglaterra	Estudantes Universitários	Merenda, Shapurian, Clarke	1974
(1) Primeiro-Ministro Heath (2) Self ideal	Inglaterra	Estudantes Universitários	Shapurian	1974
Presidente dos E.U.A.	E.U.A.	Adultos	Morrow, Merenda, Clarke	1974
(1) Indira Gandhi (2) Self ideal (3) Líder ideal (4) Professor ideal (5) Líder da Organização	Índia	Estudantes Universitários	Merenda, Shaw, Mohan	1975
(1) Primeiro-Ministro Movayda (2) Self ideal	Irão	Estudantes Universitários	Shapurian & Merenda	1976
(1) Gerald Ford (2) Jimmy Carter	E.U.A.	Eleitores inscritos (não-estudantes)	Morrow	1977
(1) Jimmy Carter (2) Self ideal	E.U.A.	Universitários Estudantes	Gelineau & Merenda	1978
(1) Jimmy Carter (2) Ted Kennedy (3) Presidente ideal	E.U.A.	Universitários Estudantes	Gelineau & Merenda	1980
(1) Jimmy Carter (2) Ronald Reagan	E.U.A.	Universitários Estudantes	Gelineau & Merenda	1981
L. S. Senghor	Senegal	Estudantes de Escolas Secundárias	Vanderwiele & Merenda	1982
(1) Diouf (2) Kaddafi	Senegal	Estudantes de Escolas Secundárias	Vanderwiele & Merenda	1983

o *Self Básico* — o modo como a pessoa acredita que realmente é; o *Self Social* — o tipo de pessoa que tenta ser (o «self» que é transmitido aos outros).

A AVA foi desenvolvida por Walter V. Clarke, um psicólogo industrial que fundou uma empresa de consultadoria psicológica para organizações no estado de Rhode Island, em 1948. De 1957 a 1978, ano da morte de W. Clarke, eu tive o privilégio de ter sido o seu principal colaborador para a investigação, particularmente no que se refere ao desenvolvimento de formas melhoradas da AVA e à validação da utilização deste instrumento em decisões na área da gestão de pessoal relativamente à selecção inicial, transferência, promoção e reforma de empregados em todos os níveis de qualificação de organizações.

A escolha de modificar a AVA para utilização em projectos de investigação transcultural sobre a «Percepção Pública dos Líderes Internacionais» foi minha, como já tive oportunidade de explicitar anteriormente. A modificação efectuada consistiu simplesmente em dar instruções aos sujeitos para «assinalem aquelas palavras que sentiam ser descritivas de.....».

Voltando novamente aos cinco grupos de imagens públicas atrás mencionadas, apresentam-se de seguida os resultados globais destes vinte anos de investigação:

Grupo I:

LÍDERES NACIONAIS

(Variação das correlações inter-perfis: .90 a 1.00).

Khrushchev, Reza Shah, Lyndon Johnson, Richard Nixon, Alex Kosygin, Mao Tsé Tung, George Wallace, Bhutto & Khan of Bangladesh, Primeiro-Ministro Heath de Inglaterra e o Primeiro-Ministro Movayda do Irão.

Grupo II:

PRESIDENTE IDEAL/ LÍDERES NACIONAIS

(Variação das correlações inter-perfis: .89 a 1.00).

A percepção do Presidente Ideal, Senghor do Senegal, Abra-

ham Lincoln, Ted Kennedy, Charles DeGaulle, Primeiro-Ministro Wilson, and George McGovern.

Grupo III:

SELF IDEAL/
/PESSOA PERFEITA

(Variação das intercorrelações dos perfis: .69 a 1.00).

Nota: os perfis que constituem este grupo foram obtidos a partir de seis correlações separadas de .69 resultantes da «partição» dos grupos na Alemanha Federal — única vez em que tal se verificou.

Grupo IV:

PRESIDENTES RECENTES
DOS E.U.A.
E CORONEL KADDAFI

(Variação das intercorrelações dos perfis: .79 a 1.00).

Jimmy Carter, Ronald Reagan e Kaddafi.

Grupo V:

VÁRIAS INDIVIDUALIDADES

(Variação das intercorrelações dos perfis: .86 a 1.00).

Mahatma Gandhi, Hussein, Indira Gandhi, Filósofo Radhakrishnal da Índia, Rehman do Bangladesh, e Diouf do Senegal.

As descrições da personalidade dos estereótipos representados pelo perfil central de cada um destes cinco grupos são as seguintes:

Grupo I

Seguro e firme nas suas opiniões, esta pessoa é um líder e um organizador natural. Preferindo uma série de situações desafia-

doras é um administrador adaptável que trabalha melhor na organização ou elaboração de planos de longo alcance. Devido a um desejo de dominar os outros, deve estar numa posição de autoridade e responsabilidade. Este tipo de pessoa é um oportunista que toma acções decisivas sem hesitar e é um pensador independente; no entanto, revela flexibilidade para ver o ponto de vista da outra pessoa.

Grupo II

Optimista e entusiasta, esta pessoa tem a auto-confiança e o equilíbrio social que lhe permitem facilmente ganhar e fazer amigos. Devido ao seu profundo interesse pelas pessoas, sente-se mais feliz numa situação onde se encontra em contacto com os outros. Dotado de simpatia espontânea e talento para a fluência verbal, esta pessoa é muito persuasiva. Exibindo um grande poder de iniciativa, lidera pela persuasão e entusiasmo. É vigorosa e firme nas suas ideias e opiniões mas procura sistematicamente influenciar os outros de uma forma agradável.

Grupos III e V

Esta pessoa funciona melhor em situações onde se valoriza um rendimento contínuo e regular. Está pronta a ajudar os outros e procura promover ideias e projectos deles e de si própria. Funciona excepcionalmente bem através do contacto pessoal e da persuasão. Com a sua facilidade de contacto e atracção para com uma grande variedade de pessoas, este tipo de pessoa é muitas vezes o elo de união que toma a chefia de um grupo social. Dispõe de uma série de contactos sociais influentes e pode facilmente chegar a ganhar a confiança da pessoa «certa». Politicamente astuto, tem também capacidade para levar os outros a adoptarem o seu ponto de vista através do seu «charme» e entusiasmo.

Grupo IV

Esta pessoa está sempre alerta e muito consciente do que se está a passar. Possui um poder de iniciativa considerável, trabalhar bem sob pressão e é impulsionada por uma forte ambição. A medida que os acontecimentos ocorrem, prefere a acção em vez de os aceitar passivamente, e prefere agir e actuar para além dos limites de um ambiente ou contexto restritivo, envolvendo-se em actividades e acções por iniciativa própria. Firme nas suas opiniões tem um desejo moderado de dominar os outros; além disso é um pouco um pensador independente que, no entanto, pode ser marcadamente influenciado ao prestar atenção e analisar os pontos de vista dos outros. Daí que esta pessoa tenha poucas probabilidades de tomar atitudes e acções sem hesitar ou impulsivamente.

Descrever finalmente um perfil adicional que é a percepção pública do presidente Jimmy Carter obtida durante a sua candidatura à reeleição e após o fiasco no deserto do Irão e a indecisão percebida de Carter depois da ocupação da embaixada dos E.U.A. em Teerão.

Esta pessoa é altamente dependente dos outros no que se refere a conselhos, segurança e direcção a tomar. Tem dificuldade em tomar decisões de forma independente e trabalha melhor quando as

instruções e directrizes são especificadas e/ou exigidas.

É uma pessoa ansiosa com grande tendência a ficar preocupada, especialmente quando se trata de acções já efectuadas. Normalmente é o tipo de pessoa que «diz sim» e que se sente mais confortável a fazer e executar ordens dos outros, do que a assumir um papel de liderança. É cautelosa na abordagem à resolução de problemas devido ao medo de optar pela solução errada. Sendo basicamente uma pessoa conservadora e conformista, tende a assumir uma atitude diplomática e a actuar com tacto na sua relação com colegas e subordinados. É motivada por um sentido estrito de exigência e lealdade e procura ser aceite pelos outros através do seu empenhamento em cumprir as regras estabelecidas e em fazer aquilo que considera ser moralmente correcto.

ABSTRACT

The author reviews data concerning twenty years of cross-cultural research on the «Public Perception of International Leaders».

A summary of all the studies conducted in a variety of cultures and involving many different personalities both real and imaginary, as well as the five distinct clusters of public images that have emerged, is presented.



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE
LICENCIADOS EM PSICOLOGIA**

**PROMOVER E DESENVOLVER
A PSICOLOGIA EM PORTUGAL**

Sede: APARTADO 353 — 4006 PORTO Codex

Colóquio Internacional de Psicologia Desportiva

Com o objectivo de promover a Psicologia Desportiva e proporcionar o encontro de especialistas que trabalham de forma isolada neste domínio, bem como sensibilizar outros profissionais (Professores de educação física, treinadores, médicos, etc.), nesta nova área profissional, realiza-se nos próximos dias 15 e 16 de Novembro, em Madrid, Espanha, um «Colóquio Internacional de Psicologia Desportiva» que contará com o apoio, entre outras, de organismos espanhóis como o Colégio Oficial de Psicólogos, Conselho Superior de Desportos, Instituto Nacional de Educação Física e Sociedade Espanhola de Psicologia.

A parte teórica do Colóquio incluirá conferências, comunicações, mesas-redondas e versará, entre outros, os seguintes temas: técnicas de detecção de desportistas e avaliação do treino, dinâmica de grupos desportivos e «stress» e ansiedade nos desportistas.

Por outro lado, durante a parte prática proceder-se-á à apresentação e análise de instrumentos utilizados neste domínio da Psicologia.

Este Colóquio contará com a presença e participação de vários especialistas provenientes da Bélgica, Canadá, França, bem como alguns membros do Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, que apresentarão três comunicações: «Evolução dos tempos de reacção — estudo comparativo em crianças praticantes e não praticantes de desporto» (Drs. José Alves, Iolanda Figueiredo e Luísa Brandão); «Contribuição para o estudo da personalidade de jogadores de basquetebol de alta competição» (Dr. Urbela Fernandes); e «Psicologia Desportiva em Portugal» (Prof. A. Paula Brito).

Os interessados poderão obter mais informações junto de: «Psico, Rua Luís Pastor de Macedo, lote 29 — 1700 Lisboa».

Guia de Cursos e Profissões

Por José M. Castro, Maria do Céu Taveira e Pedro Pinho



**ENSINO SECUNDARIO
COMPLEMENTAR,
ENSINO MÉDIO
E ENSINO SUPERIOR!**

EDIÇÕES

Com o apoio da
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA

A venda nas livrarias!

Desconto para assinantes do J. P.: 240300
(porte de correio incluído)

Reunião de psicólogos desempregados

Na sede da Delegação Norte do Sindicato Nacional dos Psicólogos decorreu nos começos de Novembro uma reunião de psicólogos desempregados. Esta reunião, cuja iniciativa coube ao Sindicato Nacional dos Psicólogos, permitiu chegar a algumas conclusões respeitantes à situação económica no nosso País e que se prende com a existência simultânea da necessidade dos Serviços de Psicologia e de um considerável número de psicólogos desempregados. Para esta situação contribuiu, grandemente, quer a falta de estudos operacionais das necessidades, quer a situação de emprego dos profis-

sionais de Psicologia. Assim, foi decidido proceder-se a um levantamento de um e outro aspecto, cujos resultados serão conhecidos em Janeiro próximo.

Para já, e no que respeita à intervenção dos psicólogos no contexto educativo, foi referida a falta de um trabalho contínuo e formalizado destes profissionais ao nível da formação de Professores e Educadores e, ainda, exigida a revogação da legislação que não contempla a Licenciatura em Psicologia para a docência no Ensino Secundário.

Os presentes expressaram a convicção de que parte dos problemas agora existentes ao nível da Saúde, da Assistência Social, da Educação, da Reabilitação e do Trabalho não podem ser convenientemente redimensionados e resolvidos sem o recurso a equipas pluridisciplinares e onde o Psicólogo tem evidentemente, algo a dizer.

História da Psicologia

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5

das a Ontologia, a Psicologia e a Ideologia. Não se tratava realmente de Psicologia, até porque é na Ideologia que surgem as faculdades de perceber e pensar ou entendimento e inteligência!

É de novo importante para nós o relevo que este filósofo dá à Filosofia sensualista. Para ele a sensação que se mantém no espírito depois da acção dos órgãos externos, é a ideia. Escreveu ainda entre outras obras que versaram matérias ligadas a *Direito*, as *Preleções Filosóficas* e o *Ensaio sobre Psicologia* (e é a primeira vez que o termo Psicologia aparece tratado numa obra isolada) que consta de duas partes: uma em que trata da classificação das ciências psicológicas, e outra que trata da Psicologia Geral. Abordando, sobretudo, o raciocínio e a linguagem considera que a Psicologia, na medida em que as ideias são imediatamente adquiridas através dos órgãos dos sentidos é uma *ciência empírica*, constatando-se, todavia que em função do conhecimento dessas aquisições (por composição, abstracção ou raciocínio) também se pode considerar uma ciência racional.

Estamos ainda longe (estaremos assim tão longe?) da Psicologia positiva e objectiva, é a metafísica, tal como foi referido por Silvio de Lima. Mas parece não haver dúvidas de que com Silvestre Pinheiro Ferreira, iniciamos um período de relevo, da história do pensamento português, com destaque para a Psicologia.

NOTAS

(1) Frei João Ferreira — Existência e fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa. Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1965, p. 37.

(2) Lopes Praça — História da Filosofia em Portugal. Guimarães & C.ª Editora, edição preparada por Pinharanda Gomes, 1974, p. 235.

ABSTRACT

This paper deals with the portuguese philosophical roots of Psychology, in the last years of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century.

We focussed on the contents that influenced the emergence of the Psychology as an autonomous area of knowledge, without this framework it seems difficult to understand nowadays the psychological field.

Indicações aos autores

- * JORNAL DE PSICOLOGIA publicará artigos sobre temas das diversas áreas da Psicologia e das Ciências da Educação, incluindo igualmente artigos de opinião ou de interesse informativo geral.
- * Os originais devem ser enviados, em duplicado, para «JORNAL DE PSICOLOGIA», Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto, dirigidas ao Chefe de Redacção.
- * Os originais, que não devem ultrapassar as 6-7 páginas, devem ser dactilografados a dois espaços, em folhas brancas de tipo A/4. Na primeira página deverão figurar o título, nome do autor, instituição e/ou categoria profissional e respectivos endereços.
- * Os desenhos (gráficos e esquemas) deverão ser efectuados em papel vegetal, com tinta da china e as fotografias devem ser aceitáveis para a

tipografia. Tanto os desenhos como as fotografias deverão ser numeradas, sendo enviado à parte o texto dactilografado das legendas.

- * A bibliografia ou referências a autores e obras devem obedecer às normas internacionais.
- * Os artigos devem ser acompanhados de um pequeno resumo, em inglês, não excedendo as cem palavras.
- * Os vocábulos estrangeiros devem, nos originais, ser representados em sublinhado (indicação de itálico) e não entre aspas, salvo quando se tratar de citações de textos.
- * Os artigos publicados são da responsabilidade dos seus autores.
- * O «JORNAL DE PSICOLOGIA» está aberto a colaboração, não se responsabilizando conteúdo, pela publicação de originais não solicitados.

ANSIEDADE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 4

tos da percepção de ameaça; sendo co-efeitos não pode haver relação fixa entre eles. Umavez vezes variarão no mesmo sentido e outras vezes não. Tal dependerá da qualidade das experiências de eficácia e da fidelidade do processamento cognitivo da informação, entre outros factores (Bandura e al., 1982). Os trabalhos de Bandura e col. sugerem que tanto as alterações da activação fisiológica quanto as respostas de evitamento são consequentes a alterações de auto-eficácia.

Identicamente, os resultados encontrados nos estudos terapêuticos são bem enquadrados pela teoria de Bandura. Na verdade, esta teoria prediz alterações das desordens fóbicas apenas se houver alteração das expectativas de auto-eficácia (a relação, portanto, não é com tempo de exposição nem simplesmente com exposição não-reforçada). Por outro lado, na medida em que os estudos sobre exposição não manipularam deliberadamente as expectativas de eficácia pessoal, acontecem grandes variações quanto aos níveis de mudança do comportamento fóbico dos sujeitos, como grupo, e que resultarão não de variantes da técnica, mas de níveis diferentes de auto-eficácia atingidos do término do tratamento (Bandura, 1978).

Em próximo artigo faremos uma revisão crítica da evidência experimental e clínica decorrentes da teoria da auto-eficácia. Ser-á então prestada atenção especial aos seus fundamentos teóricos bem como à metodologia que lhe é característica.

NOTA

(1) Lopes Pires, C. M. — Ansiedade e cognição: uma abordagem psicológica. Trabalho de Aptidão Pedagógica não publicado. Faculdade de Psicologia, Univ. Coimbra.

BIBLIOGRAFIA

- Bandura, A. — Reflections on self-efficacy. *Advances in Behaviour Research and Therapy*, 1978, 1, 237-269.
- Bandura, A., Reese, L., & Adams, N. E. — Microanalysis of action and fear arousal as a function of differential levels of perceived self-efficacy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1982, 43, 5-21.
- Borkovec, T. C. — Physiological and cognitive processes in the regulation of fear. In G. E. Schwartz & D. Shapiro (Eds.), *Consciousness and self-regulation: Advances in research*. New York: Plenum, 1976.
- Deffenbacher, J. L. & Suinn, R. M. — The self-control of anxiety. In P. Karoly & F. Kanfer (Eds.), *Self-management and behavior change. From theory to practice*. New York: Pergamon Press, 1982.
- Eysenck, H. — Expectations as causal elements in behavioral change. *Advances in Behaviour Research and Therapy*, 1978, 1, 171-177.
- Jansson, L. & Ost, L.-G. — Behavioral treatments for Agoraphobia: An evaluative

review. *Clinical Psychology Review*, Vol. 2, 311-336, 1982.

Lang, P. — The application of psychophysiological methods to the study of psychotherapy and behavior modification. In A. E. Bergin & S. L. Garfield (Eds.), *Handbook of Psychotherapy and behavior change*. New York: John Wiley & Sons, INC, 1971.

Lazarus, R., Opton, E. M., Nomikos, M. S. & Rankin, N. O. — The principle of short-circuiting of threat: further evidence. *Journal of Personality*, 1965, 33, 622-635.

Rachman, S. J. & Wilson, G. T. — *The effects of psychological therapy*. Oxford: Pergamon Press, 1980.

Schachter, S. — The interaction of cognitive and physiological determinants of emotional state. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1964.

Wilson, G. T. — The importance of being theoretical: a commentary on Bandura's self-efficacy towards a unifying theory of behavioral change. *Advances in Behaviour Research and Therapy*, 1978, 1, 217-231.

Wolpe, J. — Self-efficacy theory and psychotherapeutic change: a square peg for a round hole. *Advances in Behaviour Research and Therapy*, 1978, 1, 231-237.

ABSTRACT

The author discuss and call in question conditioning theories concerning its conception of anxiety. Experimental and therapeutic data are presented in opposition to that view.

In the article the author defends an anxiety conception derived from Bandura social learning theory.

Publicações recebidas

- American Psychologist — 1984, vol. 39, n.º 6 (July), n.º 7 (August), n.º 8 (Sept.).
- APA Monitor — 1984, vol. 15, n.º 7 (July), n.º 8 (August) e n.º 9 (September).
- Apuntes de Education — 1984, n.º 13 (Abril-Junio);
- Didaktometry — 1984, n.º 69 (May);
- Didaktometry and Sociometry — 1969, 1 (1); 1970, 2 (1); 1972, 4 (1 e 2); 1973, 5 (2); 1974, 6 (1 e 2); 1975, 7 (1); 1976, 8 (1 e 2); 1977, 9 (1 e 2); 1978, 10 (1 e 2); 1979, 11 (1 e 2); 1980, 12 (1 e 2); 1981, 13 (1 e 2); 1982, 14 (1, 2, 3 e 4); 1983, 15 (1 e 2);
- Educational and Psychological Interactions — 1983, n.º 81 (November);
- Futebol em Revista — 1984, n.º 7 (Maio-Junho) e n.º 8 (Julho-Agosto);
- Hospitalidade — 1984, 48, 188 (Julho-Setembro);
- Psychologitscheski Zhurnal (USSR Academy of Sciences) — 1984, n.º 1, 2 e 3;
- Revista de Psicologia y Pedagogia Aplicadas — 1984, vol. XV, n.º 28;
- Revue Belge de Psychologie et de Pédagogie — 1984, vol. 46, n.º 185-186 (Mars-Juin);
- Temas: Teoria e prática da psicologia — 1975, vol. IV, n.º 10; 1977, vol. VII, n.º 12 e 13; 1978, vol. VIII, n.º 14 e 15; 1979, vol. IX, n.º 16 e 17; 1980, vol. X, n.º 18 e 19; 1982, vol. XII, n.º 22 e 23; 1983, vol. XIII, n.º 24 e 25;
- Tidsskrift for Norsk Psykiologforening (Journal of the Norwegian Psychological Association) — 1984, vol. 21, n.º 8 (August);

Actas do I Encontro Nacional de Intervenção Psicológica na Educação

A VENDA EM JANEIRO/85

A P L P (Delegação Norte)

Jogos de crescimento pessoal no movimento do potencial humano

EXPERIÊNCIA CALIFORNIANA (*)

Durante um seminário de um dia, no último Inverno, sob o título «A experiência Californiana», tentamos proporcionar aos participantes a exposição de algumas técnicas de crescimento pessoal e de grupo, usadas no seio do Movimento do Potencial Humano. Através de vários exercícios, os participantes puderam experienciar em primeira mão o modo de funcionamento destas técnicas.

Foram levantadas questões por alguns participantes que indicavam a sua necessidade de compreender a teoria subjacente a estas técnicas. Como este seminário foi realizado com o propósito de se focar mais no experienciar e não tanto na teoria, enfatizamos a necessidade de entrar nos sentimentos e de nos focalizarmos no íntimo, mais do que tentar «compreender» conceitos ou teorias.

Como profissionais no domínio da ajuda, temos à nossa disposição um leque vasto de técnicas e de métodos, alguns tradicionais e outros mais recentes. É de toda a vantagem para nós escolher aqueles que facilitarão o crescimento dos nossos clientes ou pacientes. Algumas vezes, podemos optar por combinar várias técnicas. Apesar da teoria ser obviamente importante no nosso treino (preparação) como profissionais de saúde mental, é-nos incumbido ganhar familiaridade com técnicas e métodos através da nossa experiência directa, se queremos desenvolver uma empatia verdadeira com aqueles que procuramos ajudar.

Um jogo de crescimento procura ajudar o indivíduo a experimentar-se a si próprio, os outros ou o mundo, de uma nova forma.

O movimento do potencial humano ou da psicologia humanista, como também é designado, pretende que o indivíduo atinja o crescimento pleno no que respeita aos seus sentidos e emoções. Abarca um leque vasto de abordagens para resolver problemas de funcionamento pessoal e de relações interpessoais e inclui áreas como estados físicos, consciência sensorial e consciência de expansão. A ênfase é posta na experiência directa de cada um. Os jogos ou experiências utilizadas são sobretudo explorações que levam a novos insights e a modos mais satisfatórios de viver. Ao contrário dos jogos utilizados na análise transaccional, que são tipicamente manobras inconscientes nas quais o jogador procura obter um re-

forço emocional através da manipulação, os jogos na psicologia humanista são totalmente positivos. Muitos são terapêuticos e procuram libertar o indivíduo da necessidade de subterfúgio.

Um jogo de crescimento procura ajudar o indivíduo a experienciar-se a si próprio, os outros ou o mundo, de uma nova forma. Os termos «experimentar» «experienciar», e «actividade» são invariavelmente utilizados com «jogo».

Desde 1969, Carl Rogers, Abraham Maslow, e outros dentro deste movimento influenciaram fortemente o crescimento do movimento de experiência de grupo intensiva que, de acordo com Rogers, tem sido «um dos fenómenos de crescimento social mais rápidos dos EUA... talvez a invenção social mais significativa deste século».

O movimento procura infundir nos seus seguidores uma vivacidade, uma consciência e uma sensibilidade que eles não encontram em qualquer outra situação.

Os seus grupos reconhecem que muitos de nós com vidas resignadas, protegidos pelas nossas inibições ao risco mas também à alegria de vida e ao crescimento.

Somos todos máquinas, em certa medida, actuando e pensando de modo mecânico, habitual, ritualístico e tradicional. Por exemplo, levantei-nos a determinadas horas, tamo-nos a determinadas horas e Trabalhamos de uma forma prescrita. Tomamos as nossas refeições quase sempre do mesmo modo, gulamos os nossos carros sem pensarmos muito, relacionamo-nos com os nossos pais, colegas ou crianças de uma forma muito prescrita, ritualizada. Muito disto é útil porque evita que realizemos poucas actividades sem excesso de pensamento ou aborrecimento. Mas esta forma automática de responder tornou o nosso pensamento envelhecido, as nossas emoções rígidas e as nossas percepções estereotipadas. As experiências ou jogos desenvolvidos no movimento do potencial humano procuram libertar os seus participantes de respostas automáticas, para atingirem uma visão do mundo nova e fresca.

Os jogos ou experiências de crescimento pessoal utilizadas pelos psicólogos humanistas recomendam-se sobretudo para neuróticos «normais» e não tanto para pacientes ou clientes com disfunções graves. São usados principalmente com grupos que partilham áreas problemáticas comuns, como pais de adolescentes, adolescentes com crises de identidade, profissionais com tipos de questões ou problemas similares.

Para muitos de nós trabalhar com clientes que têm problemas semelhantes, pode ser mais eficaz para formar grupos para a resolução de problemas. Outras vezes, pode ser simplesmente um mercado para fornecer experiências desta natureza a populações que satisfizeram as suas necessidades básicas de sobrevivência e estão mais preocupadas com a qualidade das suas vidas, questionando o que

existe mais lá fora para ele. É, claro, o uso destes tipos de experiências é inestimável aos próprios profissionais de saúde mental que podem utilizar estes insights valiosos ganhos nas suas próprias práticas.

VICTÓRIA J. SANTOS, M. S. W.

Nos nossos grupos fazemos várias afirmações acerca dos partici-

Quando nos tornamos conscientes dos nossos recursos internos e da nossa vontade, não crescemos somente em momentos de crise para encontrar uma finalidade para a vida.

Em contraste com a terapia de grupo que se centra em ajudar indivíduos com dificuldades psicológicas e emocionais, o nosso trabalho de grupo está mais dirigido para o indivíduo orientado para a competência do que para o indivíduo orientado para a sobrevivência, tendo em conta a diferença de que, de acordo com C. Argyris, «quanto mais orientado for um indivíduo para a competência, mais receptivo e flexível ele é». Torna-se um «sistema aberto» e é capaz de usar a sua experiência para desenvolver uma maior competência interpessoal. O indivíduo com defesas neuróticas preocupa-se em se proteger para sobreviver. Através do uso de mecanismos de defesa ele recua, distorce, ou ataca o meio. O indivíduo orientado para a sobrevivência não dá nem aceita *feedback* correcto. Se deixado aos seus próprios desvios, generaliza esses tipos de experiências, as quais fortalecerão a sua posição defensiva. O *feedback* que dá aos outros pode ser altamente colorido pela sua orientação de sobrevivência.

Em psicoterapia de grupo, o terapeuta é um especialista técnico. Algumas vezes, pode ser um modelo do contexto como participante mas aí gera-se um hiato entre o líder e os membros de uma terapia de grupo. No meu trabalho de grupo, um líder é um instrutor (educador).

Os membros percebem o líder como semelhante a si próprios, excepto que o líder possui uma competência e conhecimentos superiores a eles numa área específica. O líder participará de forma semelhante aos restantes elementos do grupo.

Na psicoterapia de grupo, o terapeuta assume papéis de conduta totalmente diferentes dos dos restantes elementos do grupo. Raramente ele é transparente ou auto-revelador (*self-disclosure*) revelando unicamente a sua face profissional. O líder no nosso trabalho de grupo transmite não só o seu conhecimento, mas também as suas competências. As tarefas básicas dos elementos do meu grupo, a aquisição de competências interpessoal e pessoal, requerem um grau de competência interpessoal que muitos dos pacientes psiquiátricos não possuem.

pantes: que eles serão capazes de fornecer e receber comunicações acerca do seu comportamento e do comportamento dos outros, com um mínimo de distorção, que têm um grau relativamente elevado de auto-conhecimento e de auto-aceitação, e que são capazes de experimentar novas atitudes e comportamentos. Estas afirmações são os atributos deficientes no paciente psiquiátrico típico, o qual geralmente tem níveis baixos de auto-estima e de conhecimento de si próprio. Novamente os objectivos para os participantes nos meus grupos são o aumento da competência pessoal e interpessoal.

Em psicoterapia de grupo, o objectivo é o alívio do sofrimento.

Na fase final do processo, a natureza dos nossos grupos é tal que os grupos terminam como uma unidade e geralmente num tempo pré-determinado após um conjunto de sessões. Na psicoterapia de grupo, haverá um tempo para terminar diferente para cada membro até os objectivos terem sido atingidos.

Uma abordagem básica na resolução de problemas dos grupos formados no seio do Movimento Humanista, pressupõe que muitas respostas já residem em nós. As interacções designadas para estes grupos fazem diminuir a estranheza de pertencer a um grande grupo, através de um alto grau de interacção entre os seus participantes.

O Movimento do Potencial Humano foi, em parte, baseado nos ensinamentos de Abraham Maslow, um psicólogo pioneiro da ideia de auto-actualização. Este autor explorou questões novas para a Psicologia na década de trinta. O que é que as pessoas são mais capazes de fazer? O que é que as satisfaz quando conseguem fazer isso? Quais são as capacidades da natureza humana?

Maslow concluiu que aquilo que podemos ser, devemos ser. Temos uma hierarquia de necessidades básicas que quase automaticamente dirige a nossa vida para a gratificação. Depois da gratificação da fome, a necessidade mais básica, procuramos gratificar a nossa necessidade de segurança, de pertença, de amor e de auto-estima, mais ou menos nesta ordem. Maslow concluiu que a ne-

(*) Tradução de Maria do Céu Taveira de Castro.

Universidade de Aveiro-29 de Março a 4 de Abril (1985)

Seminário internacional de formação de professores

Organizado pela Universidade de Aveiro, em colaboração com a Escola Superior de Educação de Leiria, realizar-se-á em Portugal, de 29 de Março a 4 de Abril do próximo ano o «5.º Seminário Internacional de Formação de Professores» subordinado ao tema geral «Compreensão internacional na formação de professores para os anos 80 e 90».

O 5.º Seminário, que decorrerá nas instalações da Universidade de Aveiro, vem na sequência de encon-

tros similares efectuados na Inglaterra (1981), Holanda (1982), Estados Unidos (1983) e novamente em Inglaterra (1984), que demonstraram a validade e o vasto interesse na abordagem e confrontação de questões actuais e futuras de importância para a formação de professores que têm vindo a ser levantadas nas últimas duas décadas. A larga participação internacional que se tem verificado nos seminários anteriores, e que se espera que se repita novamente em Portugal, tem con-

firmado o seu contributo para a valorização pessoal e profissional dos participantes.

O Seminário visa assim constituir um «forum» para a análise de temas e questões actuais e principalmente futuras no domínio da formação de professores a nível mundial e para a formulação, sempre que possível, de prioridades para o desenvolvimento, investigação e acção.

Assim, pretende-se que a cooperação internacional e a elaboração de projectos conjuntos sejam um objectivo lógico do Seminário.

Entre outros, serão analisados

e debatidos os seguintes temas: Inovações na formação de professores; o papel do professor num mundo em mudança; desenvolvimento profissional na formação de professores; formação dos formadores de professores; processo e produto; investigação na formação de professores; formação multicultural; e supervisão e formação de professores.

Informações mais detalhadas sobre o Seminário poderão ser solicitadas para: TE 80/90 (Isabel Alarcão); Centro Integrado de Formação de Professores — Universidade de Aveiro; 3800 Aveiro.

Centro de Psicologia do Comportamento Desviante

Por decisão do Conselho Científico da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, de 26 de Julho passado, e sob proposta do Professor Doutor Cândido Mendes Martins da Agra, foi decidida a criação de uma nova unidade de investigação e prestação de serviços especializados, intitulada Centro de Psicologia do Comportamento Desviante.

O Projecto que determinou a criação deste centro é, em linhas gerais, a procura de um modelo explicativo para o comportamento desviante, como resposta a um pedido social de compreensão, explicação e intervenção sobre fenóme-

nos recentes, como o consumo de substâncias psicoactivas, e a que a Psicologia não pode deixar de responder.

Este Projecto desenvolver-se-á, fundamentalmente, numa linha epistemológica, procurando novos conceitos de cuja articulação possam surgir novas teorias explicativas; e numa linha de intervenção, procurando intervir sobre os fenómenos do comportamento desviante, ao nível da prevenção primária, secundária e terciária, quer operacionalizando e testando conceitos, esquemas explicativos e modelos de intervenção, quer respondendo, embora limitadamente, aos problemas postos pela comunidade.

Experiência californiana

(Cont. da página anterior)

cessidade de estar auto-actualizado (deixar o nosso *self* guiar a nossa vida) procede as necessidades anteriores.

O indivíduo auto-actualizado atingiu o ponto mais alto do seu equilíbrio emocional. Está mais em contacto com a realidade, mais perceptivo e com maior aceitação de si próprio, dos outros e do mundo. Os jogos de crescimento ajudam o indivíduo a desenvolver a sua capacidade para conseguir isso. Quando nos tornamos conscientes dos nossos sentimentos,

dos nossos recursos internos, e da nossa vontade, não crescemos somente em momentos de crise para encontrar uma finalidade para a vida, mas podemos, também, realizar coisas que desejamos mais efectivamente.

ABSTRACT

The author discusses some techniques of group and personal growth used within Human Potential Movement. Theoretical considerations concerning personal growth games or experiences used by humanistic psychologists are also made and Maslow's self-actualization theory is stressed.

Os psicólogos no Ministério da Educação

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 12)

mas para todos os níveis quantos sejam necessários, o Prof. Bártolo Campos referir-se-ia à análise do grau de autonomia, distinguindo três graus de exercício profissional sob responsabilidade ou supervisão de outrem:

1.º grau — exercício profissional acompanhado: é o que se verifica no estágio escolar já incluído na Licenciatura em Psicologia e se deve verificar pelo menos durante uma parte do primeiro ano de actividade daqueles que não tenham feito tal estágio numa escola; este primeiro grau é o que ocorre antes da entrada propriamente dita na carreira.

2.º grau — exercício profissional tutelado: é o que se verifica em situação de estágio profissional em que o psicólogo já exerce quase sempre sozinho mas integrado num grupo em que os vários membros se apoiam mutuamente e sob a orientação de um colega mais qualificado.

3.º grau — exercício profissional integrado num curso de especialização (mestrado profissional): corresponde a um grau de maior autonomia na pesquisa do estilo pessoal de

exercício profissional, mas ainda acompanhado pelos formadores responsáveis pelo curso. O 2.º e o 3.º grau caracterizam as condições de exercício da profissão do período de tempo que normalmente corresponde à permanência na 1.ª categoria da carreira.

4.º grau: exercício profissional autónomo: o que se efectua nas categorias de 1.ª, principal e assessor nas funções para que se está qualificado; admite-se que certas funções exigem qualificação ulterior ao 3.º nível de qualificação e que, portanto, não possam ser exercidas autonomamente.

Para o autor, esta progressão — prática acompanhada, prática tutelada, prática de pesquisa de estilo pessoal e prática autónoma — deve ser seguida relativamente a qualquer tipo de exercício profissional em que o psicólogo se qualifique a um nível aprofundado.

No que se refere ao terceiro parâmetro — diferenciação de domínios de intervenção e de funções — as diferenciações que o Relatório privilegia têm a ver com as tarefas relativas às pessoas junto de quem o psicólogo trabalha e com as tarefas relativas aos colegas ou à organização de serviços. Na primeira categoria de tarefas é previsível uma maior diferenciação, o que implica uma certa especialização não tanto no sentido de

maior aprofundamento (como acontecia nos níveis da qualificação), mas mais no sentido de diferenciação de domínios (p. ex., trabalho com crianças, e com adolescentes). Relativamente ao segundo tipo de tarefas, foram propostas as seguintes diferenciações: *orientação de estágios*: (só pode ser realizado pelos que já atingiram a segunda categoria da carreira: técnico de primeira); *coordenação de núcleo* — idem; *membro de Centro Regional* — só os que atingiram a 3.ª e 4.ª categoria (técnica principal e assessor); e *director regional* — só os da 4.ª categoria (assessor).

Ao concluir, o autor afirmaria que «a definição das funções do psicólogo e das condições de exercício da prática psicológica é uma questão capital e urgente para o correcto desenvolvimento da psicologia no nosso país. Um simples Licenciado em Psicologia não está preparado para exercer autonomamente qualquer tipo de actividade psicológica, não deve fazê-lo e não o deve poder fazer». Resta esperar, como viria a sugerir, «que a definição das funções e condições do exercício da psicologia «corresponda» por parte das instituições de formação, um esforço no sentido de proporcionar os vários níveis de qualificação necessários para o efeito».

I CONGRESSO NACIONAL DE SEXOLOGIA

Organizado pela Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento (APTC) realiza-se de 8 a 10 de Novembro, na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária de Lisboa, o I Congresso Nacional de Sexologia.

A APTC decidiu organizar o I Congresso com o propósito de reunir, a nível nacional, os diferentes especialistas a trabalhar nesta área e fomentar assim a cooperação interdisciplinar que a complexidade desta temática exige.

Dada a fase ainda incipiente do desenvolvimento da Sexologia em Portugal, a APTC, onde se encontram filiados um grande número de terapeutas sexuais, propõe-se neste momento desempenhar um papel catalizador de um movimento que possa levar à eventual criação de uma necessária Sociedade Portuguesa de Sexologia.

O Congresso, cujo Secretariado Científico integra Afonso de Albuquerque e Allen Gomes, contará com a presença de cerca de três dezenas de especialistas nacionais para além de vários Convidados Estrangeiros: J. Waynberger (França), John Bancroft (Inglaterra), Judy Greenwood (Inglaterra), W. Pasini (Suíça), J. Buvat (França) e representantes da Sociedade Catalana de Sexologia, Sociedad Castellana de Sexologia e Sociedad Española de Ciencias Sexológicas.

O Programa Provisório constam, para além de Comunicações Livres e Conferências, várias Mesas-Redondas subordinadas aos seguintes temas:

1 — *Sexualidade e Sociedade*: Aspectos históricos, socioculturais, éticos, literários e jurídicos.

2 — *Sexualidade ao longo do ciclo da vida*: Contribuições da fisiologia, etiologia, sociologia, genética, medicina e psicologia; Desenvolvimento Sexual; Identidade Sexual; Padrões da sexualidade no adulto; Envelhecimento e função sexual.

3 — *A Educação Sexual*: Aspectos educativos na família e na escola; Planeamento familiar; A situação da mulher em Portugal; Ensino Pré e Pós Graduado em Sexologia.

4 — *A Terapia Sexual*: Aspectos médicos e psicológicos; A avaliação e o tratamento; Disfunções sexuais masculinas; Disfunções sexuais femininas; Os desvios sexuais.

5 — *A Sexualidade no Deficiente*: Aspectos psicológicos, médicos, sociológicos e de reabilitação.

Antecedendo a realização do Congresso vai organizar-se pelo menos um Seminário com a duração de um dia e que terá lugar no Anfiteatro do Hospital Júlio de Matos, em Lisboa. Assim, no dia 7 de Novembro terá lugar um seminário subordinado ao tema «Terapia dos desvios e disfunções Sexuais» pelos Drs. John Bancroft e Judy Greenwood, psiquiatras e investigadores na Reproductive Biology Unit do Medical Research Council em Edimburgo.

Para mais informações os interessados poderão contactar com o Secretariado — **TECNIMEDE: R. Salvador Allende, 21-B; Moscavide — 1885 Lisboa.**

I Simpósio sobre dinâmica da depressão

Nos próximos dias 14 e 15 de Dezembro realiza-se em Lisboa, na Aula Magna da Faculdade de Medicina de Lisboa (Hospital de Santa Maria), o I Simpósio de Dinâmica da Depressão.

Organizado pelo Centro de Estudos Psico-Sociais (Prof. Doutor Dias Cordeiro) e com o apoio da Clínica Psiquiátrica Universitária do Hospital de Santa Maria, este I Simpósio, cuja Comissão Organizadora integra Coimbra de Matos, França de Sousa e António Barbosa, contará com a presença como convidados estrangeiros, de Augustin Jeanneau e Georges Brown.

Para além de comunicações

livres e mesas-redondas subordinadas aos temas «doença afectiva», «depressão na infância», «depressão, instituição e sociedade» e «psicoterapia da depressão», realizar-se-ão as seguintes conferências: *Depressão: Estrutura e Funcionamento* (António Coimbra de Matos), *Aspectos Psicodinâmicos da Depressão* (Augustin Jeanneau), *Aspectos Sociais na Etiopatogenia da Depressão* (Georges Brown) e *Depressão: Ponto de Vista Cognitivista* (Pedro Luzes).

Para mais informações os interessados deverão escrever para o Centro de Estudos Psico-Sociais, Apartado 5441 — 1709 Lisboa Codex.

Sociedade Portuguesa de Psicologia:

criação da delegação regional do norte

Foi recentemente criada a Delegação Regional do Norte da Sociedade Portuguesa de Psicologia, com sede no Porto, na Rua das Taipas, 76, que passa a congregar os sócios da Sociedade residentes na Região Norte. Na sua primeira reunião de sócios foi eleita a respectiva Comissão Coordenadora, constituída por Bartolo Paiva Campos, Custódio Rodrigues, Luís Imaginário, Maria Emília Costa e Maria Isolina Pinto Borges.

Do programa de actividades da Delegação para o futuro próximo destacam-se uma campanha visando a inscrição de novos socios e, conjuntamente com associações portuguesas congéneres, uma discussão alargada com vista à definição do estatuto dos psicólogos, quanto às suas funções e às condições de exercício da profissão.

III Congresso do Ensino Particular e Cooperativo

Realiza-se a 5, 6 e 7 de Dezembro próximo, nas instalações do Hotel Penta, em Lisboa, o 3.º Congresso do Ensino Particular e Cooperativo que tem como objectivo «avancar na organização e acção conjunta, encontrar soluções para os problemas comuns às diversas Escolas, no sentido de aumentar a capacidade de resposta às necessidades das famílias e de melhor desenvolver as capacidades dos educandos para os tempos difíceis que atravessamos».

O Congresso estará aberto a todas as Escolas Particulares e Cooperativas, que designarão os seus delegados, e contará com a participação de numerosas individualidades e especialistas de diversos domínios.

De entre os Painéis e temas de comunicações a apresentar salientam-se os seguintes:

1 — Aspectos Fundamentais do EPC:

- a) Supletivismo, subsidiariedade e escola fundacional;
- b) Liberdade de aprender e ensinar;
- c) Gratuidade do Ensino (o cheque escolar);
- d) Pluralidade educativa: escola livre e escola profissional.

2 — Situação Actual do EPC:

- a) O EPC na Europa;
- b) O EPC, hoje, em Portugal;
- c) Papel de relevo do EPC na Educação Infantil;
- d) Custos reais aluno/ano.

3 — O EPC e a Formação Profissional.

4 — O Estatuto do EPC em Portugal.

5 — O que o EPC espera do Ministério da Educação:

- a) Autonomia pedagógica;
- b) Apoio financeiro;
- c) Rede escolar;
- d) Escolas cooperativas e ensino cooperativo.

6 — Interação Pedagógica:

- a) Família e escola;
- b) Corpo docente e escola;
- c) Corpo docente e escola;
- d) Antigos alunos e escola.

7 — O EPC e o Ministério do Trabalho e Segurança Social — Domínios de Cooperação:

- a) Ensino e formação profissional extra-escolar;
- b) Perspectivas de cooperação com a Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional;
- c) Cooperação com a Comissão Nacional de Aprendizagem;
- d) Família/Segurança Social, Infantários e Jardins de Infância;
- e) Expectativas do EPC em relação ao Ministério do Trabalho.

8 — O EPC face aos desafios do futuro.

9 — O EPC e o amanhã da realidade portuguesa:

- a) Desafios do futuro;
- b) Inovação Pedagógica;
- c) Qualidade de Ensino;
- d) Profissionalização em exercício e formação permanente.

10 — Formação Integral:

- a) Formação integral e escola;
- b) O ensino técnico-profissional;
- c) Serviços de orientação vocacional;
- d) Formação artística e desportiva: contributo para a formação integral.

Para mais informações os interessados poderão contactar com o «Secretariado do III Congresso do EPC» — Rua do Padrão, 83 - 4415 Carvalhos; ou Av. Elias Garcia, 76-5.º - 1000 Lisboa.

EDIÇÕES **Jornal de PSICOLOGIA**

COM O APOIO DA FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

A VENDA!

TEORIAS DA INTELIGÊNCIA

por LEANDRO S. ALMEIDA

Desconto de 25 % para assinantes do J. P.

Por correlo (porte incluído) 250\$00

O psicólogo na orientação escolar e profissional

Nos passados dias 19, 20 e 21 de Julho, decorreram no Porto, na Faculdade de Ciências, as *Primeiras Jornadas de Consulta Psicológica* subordinadas ao tema «O PSICÓLOGO NA ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL» e organizadas pelo Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

As Jornadas, que contaram com a presença de cerca de duas centenas de participantes, tiveram também a presença de representantes de diversas organizações e instituições de carácter científico, profissional, social e/ou sindical directa ou indirectamente ligadas às actividades e temas em discussão.

Durante a Sessão Inaugural, presidida pelo Reitor da Universidade do Porto, o Prof. Doutor Bartolo P. Campos, que presidiu à Comissão Organizadora, salientaria os objectivos gerais das Jornadas de Consulta Psicológica:

- Em primeiro lugar, procurou-se criar uma ocasião sistemática de formação contínua destinada aos licenciados em Psicologia;*
- Uma ocasião para a Faculdade avaliar a adequação da formação inicial que dispensa e detectar a necessidade de ajustamentos futuros ou mesmo de transformações substanciais a introduzir;*

c) *A difusão das investigações em curso no Serviço organizador, tendo em vista não só dar a conhecer o que se faz em termos de investigação, mas também considerar a hipótese de a reorientar ou focalizar para a tornar mais relevante;*

d) *Uma ocasião para tomar conhecimentos de estudos sobre os mesmos assuntos, realizados noutros centros nacionais e, porventura, estrangeiros.*

Referindo-se especificamente aos objectivos das Primeiras Jornadas, dedicadas à *intervenção do psicólogo no processo de orientação escolar e profissional*, o Prof. Bartolo Campos abordou três razões fundamentais:

a) *O facto de a intervenção do psicólogo no processo de orientação escolar e profissional, ter sido uma das primeiras questões a que o Serviço, começou por dedicar mais atenção;*

b) *O facto de bastantes psicólogos se encontrarem a exercer neste domínio a sua actividade profissional, mesmo na prática privada;*

c) *A oportunidade para analisar o Relatório sobre a «Orientação Escolar e Profissional» elaborado por um*

grupo de trabalho, a pedido do Ministério da Educação, bem como efectuar um primeiro balanço da experiência pedagógica, iniciada em Novembro de 1983 e realizada pelas Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação, tendo em vista a intervenção de psicólogos na orientação escolar e profissional, nas escolas onde foi lançado o ensino técnico-profissional.

O primeiro dia das Jornadas que foi dedicado à exposição de estudos que tinham a ver com o comportamento vocacional dos jovens, mulheres e desempregados, incluiu comunicações acerca de estudos efectuados em instituições exteriores à Faculdade de Psicologia, casos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento («Atitudes e valores dos jovens portugueses», por Teresa Ambrósio), do Ministério do Trabalho («Análise do Desemprego dos Jovens em Portugal», por Luisa Pombal) e do Ministério da Educação conjuntamente com o Ministério do Trabalho («Enseio e Emprego de Mulheres», por Maria do Carmo Nunes). Foram igualmente apresentados trabalhos sobre «Experiências Educativas e Diferenças de Sexo em Testes de Raciocínio» (Leandro Almeida), «Motivação para o Sucesso nas Adolescentes» (Anne Marie Fontaine), «Relacionamento Interpessoal nos Jovens» (Isabel Soares) e «Projectos Escolares e Profissionais dos Alunos do 3.º Ano» (Bartolo Paiva Campos).

Durante o segundo dia, foram apresentadas e analisadas experiências em curso no domínio da intervenção do psicólogo na orientação, ao nível do ensino básico e secundário: «Uma Experiência Psicopedagógica no Ensino Primário» (Joaquim B. Ruivo, Isabel M. Pinto, M. Alexandra Rodrigues, Rafael Tormenta, M. Ferreira da Silva), «Intervenção dos Psicólogos no Ensino Preparatório: Evolução dos Pedidos» (Lisete de Castro), «Programa de Ajuda Sistemática à Decisão Vocacional de Alunos do 3.º Ano»

(Luís Imaginário) e «Consulta Psicológica Vocacional para Alunos do 3.º Ano» (Maria do Céu Taveira).

Para além de experiências sobre a formação de profissionais para a consulta psicológica («A Formação Inicial em Consulta Psicológica» por Oscar Gonçalves e «Supervisão do Estágio Escolar» por Maria José Neves e Jaime Maia e Silva), seria também apresentada e avaliada a intervenção dos psicólogos em orientação, nas escolas onde foi lançado o ensino técnico-profissional, quer na Zona Centro (por Isabel Moraes, Maria Esmeralda Coelho, Maria Rosário Ruivo, Fátima Sequeira e José Luís André), quer na Zona Norte (por J. M. Castro, J. Domingos, L. Gramaxo, L. Imaginário, F. Jordão, A. Magalhães, M. Serra, J. S. Silva, A. Sousa e I. Vilaça).

Finalmente, o último dia foi dedicado à problemática dos Serviços Públicos de orientação escolar e profissional, particularmente na que se refere aos objectivos, profissionais e enquadramento institucional, quer no âmbito do Ministério do Trabalho, quer no âmbito do Ministério da Educação. Aliás, esta Sessão Final, que seria presidida pelo Ministro da Educação, iniciou-se com uma comunicação de Fernando Rocha intitulada «A Orientação Profissional no Instituto do Emprego e Formação Profissional: Que Futuro?». Seguidamente, três membros do grupo que elaborou o relatório sobre orientação escolar e profissional no âmbito do Ministério da Educação, debateram-se sobre vários aspectos do mesmo:

«Orientação Escolar e Profissional e Desenvolvimento da Personalidade» por Manuel Viegas Abreu; «Parâmetros de Estruturação da Carreira dos Psicólogos no âmbito do Ministério da Educação» por Bartolo Paiva Campos; «Organização dos Serviços de Orientação Escolar e Profissional no Campo da Educação» por José M. Ferreira Marras. De salientar, em conclusão, para além da boa organização, o nível e qualidade de que se revestiram estas Primeiras Jornadas de Consulta Psicológica e que constituíram sem dúvida uma experiência agradável e uma boa ocasião de formação para todos os participantes.

J. F. C.

Carreira dos psicólogos no âmbito do Ministério da Educação: Parâmetros de estruturação

Uma das comunicações que mais interesse parece ter despertado nos participantes, particularmente junto dos licenciados em Psicologia, foi apresentada pelo Prof. Bartolo P. Campos, um dos membros do grupo de trabalho encarregado pelo actual Ministro da Educação pela elaboração de um Relatório sobre a Orientação Escolar e Profissional.

Dado que a proposta apresentada constitui sem dúvida um óptimo documento de trabalho para a definição do estatuto do psicólogo, independentemente do contexto profissional em que trabalhar, ressaltaremos aqui os seus aspectos mais relevantes.

Procurando contribuir «para a definição que vier a ser feita da carreira, não só dos psicólogos, como de outros profissionais da educação» e para a «urgente definição no nosso país das condições de exercício da psicologia em qualquer contexto», o Prof. Bartolo Campos especificou três parâmetros que, para além da «qualidade do serviço prestado», deveriam ser tomados em conta na estruturação da carreira dos psicólogos no âmbito do Ministério da Educação: o nível de qualificação, o grau de autonomia e a diferenciação de funções.

Relativamente ao primeiro parâmetro (nível de qualificação) ele define 4 níveis correspondentes a um «progressivo aprofundamento da formação», mais do que da «diferenciação de domínios»:

1.º nível (Licenciatura com estágio) — É o nível obtido através da *Licenciatura em Psicologia* em qualquer escola portuguesa ou estrangeira desde que legalmente reconhecida, incluindo algumas Licenciaturas estrangeiras em Ciências da Educação que visam deliberadamente preparar psicólogos para trabalhar no âmbito da educação; permite concorrer e entrar na primeira categoria da carreira (técnico superior de 2.ª classe); se o candidato admitido não tiver efectuado o seu estágio escolar num estabelecimento de ensino é-lhe proporcionada a ocasião de suprir imediatamente essa falha através da realização de um estágio, durante o primeiro ano de serviço.

2.º nível (estágio profissional) — É o nível da qualificação obtida através do *estágio profissional*, assim podendo ser considerado o primeiro ano de serviço após a licenciatura desde que organizado em consequência, quer para aqueles que não reali-

zaram o estágio escolar numa escola, quer para os outros.

3.º nível (mestrado profissional) — É o nível obtido através de um curso de especialização pós-graduado, em que obviamente a prática em curso, a não interromper, deve constituir uma das fontes principais de formação (na opinião do autor deveria tratar-se de um curso de mestrado). O 2.º e o 3.º nível de qualificação são condições para concorrer à 2.ª categoria de carreira (técnico superior de 1.ª classe); para passar à 3.ª categoria (técnico superior principal) não se exige um nível de qualificação específico.

4.º nível (adoutoramento profissional) — É o nível necessário para entrar na 4.ª e última categoria — assessor; é apreciado através de provas curriculares e de um trabalho específico e poderia vir a corresponder a um nível de qualificação do género «adoutoramento profissional» já existente noutros países.

Após considerar que «as Faculdades não devem ser instituições de formação apenas para o 1.º nível de qualificação profissional,

(CONTINUA NA PÁGINA 10)